

Programa do “Curso sobre a Tutela Coletiva”

Escola Superior do Ministério Público – São Paulo

Professor: Dr. Hugo Nigro Mazzilli

Carga horária: 48 aulas

Período: 05/03/09 a 25/06/09

Dia: quintas-feiras

Horário: 09:00 h – 12:00 h

Local: Auditório da Associação Paulista do Ministério Público,
Largo São Francisco, nº 34, 13º andar, Centro, São Paulo/SP

1. Apresentação da matéria

2. Ação Civil Pública

a) Interesse e legitimação

- 1 — As várias categorias de interesses (interesse público e interesse privado; interesse público primário e secundário; interesses transindividuais; interesses difusos; interesses coletivos; interesses individuais homogêneos);
- 2 — Legitimação ordinária e extraordinária

b) A ação civil pública e o Ministério Público

- 3 — Ação civil pública (o que é ação civil pública e ação coletiva);
- 4 — A atuação do Ministério Público no processo civil (processo civil em geral; a causa que traz o Ministério Público ao processo; a obrigatoriedade da ação civil pública; a não-propositura da ação civil pública; intervenção pela natureza da lide e pela qualidade da parte; pluralidade de membros do Ministério Público; a falta de intervenção do Ministério Público)

c) A defesa dos interesses difusos e coletivos nas Leis ns. 7.347/85 e 8.078/90

- 5 — Origens da Lei n. 7.347/85 (origens; alterações; vetos)
- 6 — Objeto da Lei n. 7.347/85; a defesa do patrimônio público e social; a probidade administrativa; o ato administrativo discricionário; os princípios da eficiência e da razoabilidade; ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade; a defesa do contribuinte; os danos morais e patrimoniais
- 7 — Proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural
- 8 — Tombamento
- 9 — Consumidor
- 10 — Ações principais e cautelares e ações individuais
- 11 — Ações declaratórias e constitutivas
- 12 — Conexidade, continência e litispendência
- 13 — Competência (a regra geral e as regras especiais; as questões controvertidas)

- 14 — Legitimação ativa e passiva
- 15 — Litisconsórcio e assistência
- 16 — Interesse processual
- 17 — Desistência da ação e dos recursos
- 18 — Liminares
- 19 — Recursos
- 20 — Multas (multa liminar e imposta na sentença)
- 21 — Fundo para reconstituir o bem lesado
- 22 — Liquidação e execução
- 23 — Coisa julgada
- 24 — Sucumbência
- 25 — Avaliação dos danos e perícias
- 26 — Responsabilidade estatal

d) A defesa de outros interesses difusos e coletivos

- 27 — Pessoas portadoras de deficiência, investidores no mercado de valores mobiliários; pessoas idosas; crianças e adolescentes, defesa da ordem econômica e da economia popular etc.

3. INQUÉRITO CIVIL

- 28 — Origens, conceito, valor e objeto
- 29 — Fases
- 30 — Competência
- 31 — Impedimento e suspeição
- 32 — Procedimentos análogos ao inquérito civil
- 33 — Efeitos da instauração
- 34 — Conflitos de atribuições
- 35 — Instrução do inquérito civil (coleta de informações, perícias, notificação, requisição, condução coercitiva, publicidade e sigilo, participação do Advogado)
- 36 — Arquivamento do inquérito civil; arquivamento implícito; controle do arquivamento; tramitação no Conselho Superior do Ministério Público
- 37 — Efeitos do arquivamento do inquérito civil
- 38 — Recursos, controle de legalidade e nulidades no inquérito civil

4. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- 39 — O ajustamento de conduta
- 40 — A questão do veto
- 41 — Características do título
- 42 — As Súmulas do CSMP – SP
- 43 — Efeitos do compromisso de ajustamento
- 44 — Vedações

5. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E RECOMENDAÇÕES

45 — Audiências públicas (conceito, fins, objeto, formalidades, encerramento)

46 — Recomendações (fins, objeto, formalidades, natureza jurídica)

6. RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

47 — O exercício regular das funções

48 — O exercício irregular das funções

49 — A inviolabilidade do membro do Ministério Público

50 — A responsabilidade civil, penal e administrativa